



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

REQUERIMENTO Nº DE - CSP

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Diretor-Geral da Polícia Federal, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o andamento das investigações da Polícia Federal sobre as possíveis omissões cometidas por autoridades públicas para conter os atos de 8 de janeiro de 2023.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 19 de agosto do corrente ano, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre Moraes, requereu à Polícia Federal um relatório sobre o andamento da investigação que apura a suposta omissão de autoridades para conter os atos de 8 de janeiro de 2023. O pedido do ministro do STF, ainda observa que, no caso da investigação não ter sido concluída, seja justificada a “eventual necessidade de prorrogação do prazo para conclusão” do caso. A pedido da Procuradoria Geral da República (PGR) também devem ser “apontadas as medidas instrutórias pendentes de implementação para completa elucidação dos fatos”.

Esse é um tema caro ao Senado Federal e essencial para se chegar a verdade sobre os fatos! É imprescindível que possamos ter acesso ao andamento das investigações da Polícia Federal sobre as possíveis omissões cometidas por autoridades públicas, órgãos federais do Executivo, do Governo do Distrito Federal, da ABIN e das diversas agências de inteligência que compõem o Sistema Brasileiro



de Inteligência (Sisbin). Inclusive, essa necessidade ficou clara nos trabalhos da CPMI de 8 de janeiro.

No dia 9 de janeiro de 2023, portanto, um dia após aquele trágico domingo, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE) e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), encaminhei o Ofício nº 001/20243/CCAI dirigido ao então, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidente da República, General Marco Edson Gonçalves Dias, solicitando informações que pudessem auxiliar na elucidação do cenário que antecedeu o dia 8 de janeiro de 2023.

O relatório do GSI chegou à CCAI, classificado como reservado. E o escopo do documento, tão somente, informava sobre as mensagens que circulavam no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) entre o dia 2 de janeiro até o dia 8 de janeiro. Na época apresentei requerimento de quebra da classificação de reserva, mas não fui atendido. Os fatos acabaram vindo ao conhecimento público após declarações do próprio GSI e do ex-Ministro da Justiça, Flávio Dino.

Em pronunciamento que fiz no dia 18 de abril de 2023, no Plenário do Senado, já era fato sabido e noticiado pela imprensa que a ABIN teria informado ao Governo Federal, no dia 06 de janeiro, portanto, dois dias antes do ataque a Praça dos Três Poderes, sobre o risco iminente de destruição física de prédios dos três Poderes da República. Importante frisar que esses alertas estão alinhados com informações que circularam em 48 agências de inteligência que compõem o Sisbin.

Apesar das várias ações que tomamos no âmbito do Senado Federal, da CCAI e principalmente na CPMI que investigou os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, como por exemplo, requerimentos para ouvir o então, Diretor Adjunto da ABIN, senhor SAULO MOURA DA CUNHA e o General MARCOS EDSON GONÇALVES DIAS, ex-Ministro-Chefe do GSI, o relatório final da CPMI, somente direcionou para eventuais omissões dos órgãos de segurança do Distrito Federal, deixando de fora os órgãos do Executivo Federal. Mesmo com a circulação dos alertas de possíveis



ataques físicos na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes terem circulado em todo o Sisbin, inclusive com citação no relatório final da CPMI do aviso da ABIN.

Por fim, importante mencionar a Decisão no âmbito do Inquérito 4.923, que autorizou a PF a instauração de procedimento investigativo contra militares do GSI por omissão. General Gonçalves dias foi incluído como investigado em 16 de agosto de 2023, isso ocorreu durante atuação e pressão da CMPI. O procedimento aberto pelo STF foi provocado por ofício da PF endereçado à Suprema Corte.

Respeitosamente, considero que continua sendo um mistério que ainda precisa ser esclarecido. O 8 de janeiro deve ser lembrado pela omissão. O Senado e o Congresso Nacional precisam conhecer por quais motivos os mecanismos de defesa não foram acionados, por que razão foram ignorados os alertas das agências de inteligência. Essa investigação precisa alcançar todos os envolvidos, sejam da esfera federal ou distrital.

Diante de todo o exposto encareço o especial apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento para que a Comissão de Segurança Pública do Senado Federal possa ouvir o diretor-geral da Polícia Federal para prestar os esclarecimentos do andamento dessas investigações.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2024.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)

